

"Rico de país pobre deveria pagar dívidas"

FROTA NETO

Correspondente

Genebra — As "fórmulas" e "sugestões" — todas elas em direção à maior internacionalização da economia brasileira — continuam surgindo. Depois da "proposta" apresentada nos meios de banqueiros e empresários internacionais para que o Brasil pague sua dívida externa com a venda de ações de empresas estatais (Petrobrás, Vale do Rio Doce e por aí vai), agora surgiu uma outra que, com nuance, aponta na mesma direção. Segundo o presidente do Banco de Boston, Ira Stepanian, em declaração prestada em Londres, uma "solução" a longo prazo para a crise do endividamento da América Latina é que as pessoas ricas e as instituições que são poderosas nos países em crise de débito (leia-se Brasil e Argentina, principalmente) assumam a dívida que seus países têm com o exterior.

A "sugestão" de Ira Stepanian, segundo ele próprio, parte da visão de que as economias dos países latino-americanos (entre os quais ele cita o Brasil) deverão se estabilizar nos próximos vinte anos. Essa estabilização, permitirá a expansão do crescimento econômico baseado em recursos naturais disponíveis. Nesse processo, os proprietários de riquezas (pessoas e organizações) comprariam, então, bônus do tesouro de governo.

Ou seja, o setor privado usaria sua riqueza em dólares para pagar a dívida externa do governo e em troca receberia bônus governamentais. O que Stepanian não esclarece é como o governo controlaria as transferências de recursos de modo a evitar que as empresas estatais (portanto os ativos nacionais) passassem à propriedade de estrangeiros.

Bem menos cavilosa é a proposta apresentada pelo presidente do Banco Central Estadual de Nova Iorque, Anthony Salomon. Uma das mais importantes autoridades em finanças no mundo, Salomon que dirigiu aos bancos centrais nacionais e importantes bancos privados cujos dirigentes vão se reunir nessa semana em Nova Iorque para estudar o problema da dívida externa no Terceiro Mundo. Segundo Salomon, uma das saídas para enfrentar a atual crise (em que os governos dos países pobres não podem pagar juros nem o principal da dívida) é que os bancos privados façam com essas dívidas de empresas em dificuldades. Ou seja, acrescentar os juros (vencidos e com incapacidade de pagamento) ao principal emprestado até que a situação dessas economias melhore. A crise não se resolve, mas pelo menos se evita a "encenação" de crise tal como recentemente aconteceu no caso argentino (e tem acontecido no caso brasileiro): os bancos emprestando aos governos para que, com o dinheiro assim emprestado, os governos paguem a eles, os bancos credores/emprestadores os juros vencidos. E não mais.